



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre notícia veiculada no portal de notícias G1, publicada no dia 27 de junho de 2022, com alegações de que o celular corporativo da Petrobras, por ele utilizado, conteria mensagens e áudios que poderiam incriminar o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

JUSTIFICAÇÃO

No atual governo, explodiram diversas crises, principalmente nas áreas institucional e econômica. E, no epicentro dessas crises, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que é uma sociedade de economia mista sob controle da União, tem desempenhado um dos papéis principais, especialmente em decorrência dos sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, com grandes reflexos nos índices inflacionários e no custo de vida em geral.

Desde o início do governo do atual Presidente da República, a Petrobras passou por três presidentes, sendo eles: Roberto Castello Branco, Joaquim Silva e Luna e José Mauro Ferreira Coelho, numa clara sucessão de desacertos entre a estatal e a política de governo adotada. Atualmente, a cúpula da entidade está sob direção de Fernando Borges, cujo nome foi definido pelo Conselho de Administração da estatal.



De acordo com recentes informações divulgadas na imprensa, Roberto Castello Branco, o primeiro dirigente da estatal a ser destituído pelo atual Presidente da República, teria afirmado que o "celular corporativo que ele devolveu à empresa continha mensagens e áudios que poderiam incriminar o presidente Jair Bolsonaro"[1].

Considerando a gravidade dos fatos noticiados e tendo em vista que a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, compete, sem prejuízo de outras atribuições previstas na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento, a fim de que os fatos sejam esclarecidos e as medidas pertinentes sejam tomadas.

[1] <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2022/06/27/em-grupo-de-conversa-ex-presidente-da-petrobras-diz-que-tinha-celular-com-mensagens-que-incriminariam-bolsonaro.ghml>

Sala da Comissão, 27 de junho de 2022.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)